

# ALFABETIZAÇÃO & HISTÓRIA: O USO DA CARTILHA SALESIANA ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DO RIO UAUPÉS/RIO NEGRO – AMAZONAS (1944)

LITERACY & HISTORY: THE USE OF THE SALESIAN BOOKLET AMONG THE INDIGENOUS  
PEOPLES OF RIO UAUPÉS/RIO NEGRO – AMAZONAS (1944)

**Josélia Gomes Neves**

Universidade Federal de Rondônia  
joselia.neves@unir.br

**José Carlos de Melo**

Universidade Federal do Maranhão  
mrzeca@terra.com.br

## RESUMO

O objetivo deste texto foi analisar na perspectiva histórica uma cartilha de alfabetização para indígenas produzida no século XX pela missão Salesiana. A investigação com enfoque qualitativo em interface com a pesquisa documental possibilitou observar dentre outras questões, que do ponto de vista político, este material simbolizava a entrada indígena para o mundo da escrita conectado aos interesses governamentais (integração) e religiosos (catequização) junto aos povos originários. Exceto pelas poucas grafias em língua materna, bem como imagens relacionadas ao mundo indígena, a cartilha sintética evidencia uma visão unilateral em que predomina as vozes dos Salesianos e do Estado brasileiro. Uma reflexão que pode contribuir para os lacunares estudos da História da Educação Escolar Indígena.

**Palavras-chave:** Povos Indígenas. Cartilhas. Alfabetização Histórica. Amazônia.

## ABSTRACT

The objective of this text was to analyze in the historical perspective a booklet of literacy for indigenous people produced in the twentieth century by the Salesian mission. The investigation with a qualitative approach in interface with documentary research made it possible to observe among other issues, that from the political point of view, this material symbolized the indigenous entrance to the world of writing connected to governmental interests (integration) and religious (catechization) with the native peoples. Except for the few spellings in mother tongue, as well as images related to the indigenous world, the synthetic primer shows a unilateral vision in which the voices of the Salesians and the Brazilian state predominate. A reflection that can contribute to the gaps studies of the History of Indigenous School Education.

**Keywords:** Indigenous Peoples. Primers. Historical Literacy. Amazon.

## Introdução

Os primeiros textos produzidos sobre a alfabetização em contextos indígenas permitem inferir que dois tipos de cartilhas foram adotadas com frequência nas aldeias indígenas: as cartilhas produzidas nas línguas dos povos originários por linguistas religiosos – católicos ou protestantes e as cartilhas ocidentais em língua portuguesa, as mesmas que chegavam nas escolas rurais e urbanas. (MELIÁ, 1979; PHILIPSON, 1975; MONTE, 1987; 1994). Situação que sugere entrelaçamentos entre formas educativas laicas e religiosas.

Observamos que estes dois tipos de cartilhas têm sido pouco estudadas na literatura historiográfica da alfabetização e da educação escolar indígena, razão maior da escrita deste texto. A nosso ver, além de pesquisar, é necessário assegurar a existência de repositórios físicos ou digitais para estes materiais, pois concordamos que: “[...] com ações deste tipo, de guarda, preservação e pesquisa, é possível colaborar com a história da educação regional e nacional, em especial ao que se refere à história da alfabetização, da leitura e da escrita”. (PERES; RAMIL, 2018, p. 34), principalmente porque possibilita o prosseguimento de estudos. Além do mais, investigações com essa finalidade representam uma oportunidade de conhecer de forma mais específica, os materiais utilizados nas aldeias indígenas brasileiras como possíveis feições de uma interculturalidade ainda desconhecida.

Mas, alguns aspectos a esse respeito já podem ser confirmados, como por exemplo, que um dos materiais mais antigos utilizados na alfabetização do país, a *Carta de ABC*, também foi adquirido para as aldeias indígenas. As listas de compras de 1919 do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) atestam isso. Esta fonte também evidencia que o órgão indigenista comprou, enviou e utilizou principalmente na primeira metade do século XX materiais didáticos para as comunidades indígenas, como a *Cartilha do Povo* ou *Upa Cavalinho*, ambas elaboradas por Lourenço Filho<sup>1</sup>, conhecido autor de recursos didáticos nesta época, dentre outras, verificadas em inventários e relatórios (NEVES, 2021).

Por outro lado, no mesmo período, havia iniciativas de missões religiosas que em função de suas finalidades catequéticas, realizavam estudos linguísticos. Em contrapartida produziam materiais para a alfabetização que dependendo do contexto indígena poderiam ser bilíngues (ALMEIDA, 2011) ou em língua materna do referido povo, caso da “Cartilha para as escolas das missões indígenas salesianas do Rio Uaupés Rio Negro – Amazonas”, por exemplo, em 1944, material didático na área de alfabetização mais antigo que foi possível localizar até o momento, objeto de nossa atenção neste texto.

Com a extinção do SPI em 1967 esta prática foi minimizada. Em seu lugar surgiu a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atual Fundação Nacional dos Povos Indígenas (BRASIL, 2023) que instituiu os convênios com organizações religiosas para atuar na educação formal em áreas indígenas. Um tempo que se caracterizou pelo avanço do protestantismo nas aldeias em interface com as práticas escolares. Assim, ao mesmo tempo em que estudavam as línguas com a assessoria dos indígenas, realizavam a evangelização e produziam cartilhas para a escolarização inicial. Articulavam, portanto, os interesses da igreja referentes à conversão e os interesses do Estado brasileiro no que diz respeito a integração indígena à chamada sociedade nacional. (MONTE, 1987).

---

1 Manuel Bergström Lourenço Filho foi um educador e pensador da educação e da psicologia, conhecido por sua participação no movimento da Escola Nova, [...] como pioneiro da relação entre psicologia e educação no Brasil. [...]. Disponível em: [http://wiki.historiadapsicologia.com.br/index.php?title=Louren%C3%A7o\\_Filho](http://wiki.historiadapsicologia.com.br/index.php?title=Louren%C3%A7o_Filho) Acesso em: maio de 2023.

Mas, como esta discussão chegava nas aldeias brasileiras da Amazônia na primeira metade do século XX? Quais as características principais destes materiais do ponto de vista político-pedagógico? Estas questões orientadoras foram importantes para o delineamento do objetivo que foi analisar a “Cartilha para as escolas das missões indígenas salesianas do Rio Uaupés Rio Negro” produzida na primeira metade do século XX, como material didático para a população indígena localizada nas proximidades do Rio Uaupés no atual estado do Amazonas em 1944.

A investigação acerca das cartilhas de alfabetização que circularam nas aldeias brasileiras em uma parte do século XX se caracteriza como pesquisa com enfoque qualitativo. Constitui um importante dispositivo analítico na medida em que “[...] trabalha com o universo de significados, [...] fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO, 1994, p. 22). Quanto ao procedimento metodológico, consideramos pertinente para este trabalho a pesquisa documental que trata de materiais que ainda não passaram por processos de análise (GIL, 2008), localizada em repositório digital.

O texto em tela constitui um recorte de um estudo em andamento (2022-2023) no âmbito do estágio de pós-doutoramento. Trata da continuidade dos estudos desenvolvidos no doutoramento a respeito dos processos de aquisição da língua escrita que acontecem em contextos indígenas que temos denominado de Alfabetização Intercultural. Um desdobramento da Educação Intercultural, importante característica da Educação Escolar Indígena estabelecido no artigo 78 da Lei nº 9394 (BRASIL, 1996).

A justificativa principal para a realização do estudo foi mobilizada pela necessidade de conhecer elementos de interesse da História da Educação, História da Educação Escolar Indígena e de forma específica, da História da Alfabetização Intercultural Indígena a respeito do ingresso das sociedades indígenas no mundo da escrita, na perspectiva da “[...] cultura escolar como objeto histórico” (JULIA, 2001, p. 9). Entretanto, não faz parte de nossos propósitos exaltar ou celebrar o uso de cartilhas na alfabetização, mas, sobretudo, observar criticamente as relações entre o ontem e o hoje, pois concordamos que: “A escrita da história da escolarização é fundamental para avaliar que elementos dessa escola anterior se mantêm vivos hoje e ainda são praticados nas terras indígenas Brasil afora”. (MEDEIROS, 2018, p. 4).

O presente escrito está organizado em dois tópicos analíticos: o primeiro apresenta uma breve contextualização da discussão sobre as cartilhas de alfabetização em contextos indígenas a partir das publicações acadêmicas envolvendo temporalidades distintas. Já o segundo, disponibiliza uma análise em perspectiva histórica da cartilha produzida pela Missão Salesiana em 1944 para as escolas indígenas do Rio Uaupés/Rio Negro, no Amazonas, material que foi localizado no acervo digital do Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD-HISTÓRIA) da Universidade de São Paulo (USP).

## **Contextualização - sobre o uso de cartilhas de alfabetização**

Dia 7, pela manhã, vim assistir à aula matinal do missionário americano. Era aula de Português: abertos todos os livros na lição “O caqui”. Algumas das figuras mostravam queijos, leques e coisas desse tipo para estudar a seqüência “que”. Os livros são “A Cartilha da Mimi” e “Caminho Suave”; não foi explicado ao pessoal o sentido das palavras estudadas, que eram repetidas mecanicamente. [...]. O professor americano fala português com dificuldade - lendo “cópi” em vez de copie, escrevendo “livramente” em vez de “livremente” e assim por diante. As crianças, que nunca ouviram estas palavras, nem sabem que ele está errando. Demonstra ser mero repetidor do material didático, transcrevendo os exercícios no quadro sem nada inovar ou adicionar. (MONTE, 1987, p. 22-23).

A epígrafe suscita reflexões acerca das aprendizagens iniciais da leitura e da escrita em contextos indígenas a partir da adoção de materiais didáticos em língua portuguesa e os impactos decorrentes das questões culturais. A aula observada data de 1984 em uma escola do povo Kaxinawá, no estado do Acre, ministrada por um missionário evangélico da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB).

Foi possível notar a presença das cartilhas adotadas em áreas urbanas em aldeias indígenas nos anos oitenta na Amazônia brasileira, o que sugere certa continuidade da política implantada pelo SPI até fins da década de sessenta. Nesta direção, o que se percebe em relação à linguagem é uma situação paradoxal, pois se de um lado as crianças indígenas não falavam e possivelmente pouco compreendiam a língua portuguesa, por outro lado, o português era a segunda língua do docente missionário. Além disso, os termos utilizados eram completamente desconhecidos pelo grupo. Um conjunto de situações-obstáculos para as aprendizagens na alfabetização.

Evidencia que o ingresso das sociedades indígenas brasileiras nas culturas do escrito envolve um conjunto de situações que ocorreram/ocorrem em diferentes espaços, línguas e temporalidades. A alfabetização a nosso ver, tem representado a porta de entrada para a inserção desta importante prática cultural da contemporaneidade: o saber formal. E neste contexto, destacamos um recurso pedagógico que foi produzido, consumido e utilizado nos territórios indígenas no século XX, a cartilha.

Uma questão que se coloca sobre as cartilhas em contextos indígenas, é: que análises já foram produzidas sobre estes materiais? A resposta aponta que a publicação mais antiga no Brasil sobre o tema, é o artigo do linguista alemão Philipson (1975). Desde a introdução do texto, o autor chama a atenção para o trabalho de alfabetização produzido pela organização religiosa protestante o *Summer Institute of Linguistics* (SIL) ou Instituto Linguístico de Verão, junto a populações indígenas brasileiras, principalmente porque produziam o próprio material didático. Na ocasião, destacou “[...] a boa técnica de elaboração de cartilhas, levando em conta a introdução bem gradual de elementos novos, uma parte ilustrativa adequada ao meio [...] objeto de recomendações da Unesco [...]”. (PHILIPSON, 1975, p. 143). Avaliou que as cartilhas de alfabetização dos povos Karajá e Kaiowá foram bem elaboradas considerando a correspondência entre as realidades locais e os textos e imagens.

Foi neste contexto de análise de cartilhas em perspectiva linguística, que o autor apresentou alguns problemas que surgem no processo de sistematização das línguas indígenas em decorrência da busca por aproximações com a língua portuguesa, modificações que são explicitadas nas edições das cartilhas: “Estabelecer um alfabeto fonêmico adequado e simples para cada dialeto indígena não seria tarefa tão difícil, se não houvesse a necessidade de não criar problemas com a ortografia estabelecida da língua dominante, no nosso caso, do português”. (PHILIPSON, 1975, p. 144).

Assim, a relação entre as línguas indígenas e a língua portuguesa mesmo em um material específico que evidenciasse apenas a língua materna dos povos, o português comparecia implicitamente nos processos de tradução. Uma estratégia que também sugeria antecipação ou preparação para o estudo da língua 2: “A aprendizagem de uma segunda língua é, pois, o desideratum, do qual não se pode prescindir e que deve ser levado em consideração na ação prévia para introdução elaboração das cartilhas indígenas no Brasil. [...]”. (PHILIPSON, 1975, p. 144).

Significa afirmar que no processo de elaboração das cartilhas para a alfabetização apenas em língua indígena, já havia um bilinguismo embutido considerando a situação social dos povos indígenas frente a sociedade ocidental e seu hegemonismo linguístico, de modo que: “[...] o Bilinguismo para os indígenas assume um caráter compulsório. A esses não é dada a possibilidade de escolha. O domínio da língua portuguesa é uma obrigação. [...]”. (ALMEIDA, 2011, p. 3992).

Para Philipson (1975) as traduções expressas em notas de rodapé de cartilhas em línguas indígenas, não serviam apenas para a finalidade de traduzir informações de auxílio a um docente não falante do idioma nativo, mas incluía também o propósito de tornar visível estes registros para os próprios estudantes indígenas. Uma estratégia bilíngue de contato com a língua portuguesa. Uma etapa que vai se consolidar ainda mais nas chamadas cartilhas de transição<sup>2</sup> considerando um espaço maior de ocupação da língua portuguesa, ocasião de visibilização da concepção de gramática de transferência, vista como recurso de emancipação:

A cartilha de transição é, pois, o segundo passo para tornar o índio habilitado a concorrer com os civilizados, quando isto se torna necessário, e este segundo passo é preparado pela cartilha indígena, na qual a parte das traduções, quando bem feita, constitui verdadeira introdução a uma gramática de transferência ou contrastiva, com as vantagens didáticas inerentes a tal método. (PHILIPSON, 1975, p. 144).

Sobre a gramática de transferência ou contrastiva, processo que envolve o estudo simultâneo de duas línguas destacando a descrição e a comparação entre ambas, explicitadas nas cartilhas indígenas, outras análises dão conta que a pretensão subjacente a estas propostas buscava atingir duas finalidades em uma só ação - compreender as estruturas da língua portuguesa em dialogia com a língua materna:

O trabalho com a sistematização gramatical da língua indígena — sempre numa abordagem contrastiva com o português — quer “matar dois coelhos de uma só cajadada”: por um lado, visa à feitura de gramáticas descritivas e pedagógicas das línguas em foco; por outro, através da compreensão e paulatino domínio das estruturas gramaticais do português, pretende contribuir para que os índios na escola atinjam mais rapidamente aquele “sentimento da língua” portuguesa que lhes permitirá não apenas “entenderem a cabeça do branco”, mas também moverem-se como cidadãos no terreno da língua oficial e das múltiplas culturas do país comum de índios e não índios, o Brasil. (MONSERRAT, 1994, p. 17).

Assim, para Philipson as cartilhas de alfabetização propiciam o exercício comparativo entre as línguas indígenas e a língua portuguesa colocando situações de aproximações e distanciamentos entre as duas formas de escrita. Avaliou que as semelhanças e diferenças observadas no decorrer do processo, por exemplo em relação aos sons – aspectos fonológicos, bem como a morfologia e sintaxe, eram compreendidos no decorrer do tempo, pois: “As cartilhas, pelo fato de começarem com **as leituras mais simples possíveis**, graduam, pois, também, o aparecimento de tais dificuldades, e o aluno inteligente vai percebendo o que é igual e o que é diferente nas duas línguas [...]”. (PHILIPSON, 1975, p. 144, grifo nosso).

A nosso ver, as práticas bilíngues disponibilizadas nas cartilhas de alfabetização para os contextos indígenas exigem análises que levem em conta também o bilinguismo pedagógico. Dentre outros aspectos, é importante verificar as relações entre a proposta de alfabetização e o contexto social, os saberes infantis sobre a escrita e a leitura envolvendo possibilidades de escritas espontâneas por meio de listas de nomes de animais, objetos ou algo semelhante, os saberes da tradição matemática e o uso do alfabeto na língua materna, dentre outros.

O trabalho sobre as cartilhas indígenas e a gramática de transferência, ((PHILIPSON, 1975), apresenta uma importante fonte reflexiva do conhecimento histórico a respeito da Educação Escolar Indígena. O modelo educacional bilíngue disponibiliza pistas relevantes para compreender como as cartilhas de alfabetização se constituíram também em ferramentas de erosão das culturas indígenas dado à pactuação evangelização/catequização/civilização presentes nesse processo.

<sup>2</sup> Entendemos que a cartilha de transição consiste em um material que adota o bilinguismo apoiado na gramática de transferência que inicia com forte ênfase no uso escrito da língua indígena com posterior utilização e ampliação da língua portuguesa por meio do procedimento de descrição e comparação entre estas línguas.

## A “Cartilha para as escolas das missões indígenas salesianas do Rio Uaupés Rio Negro – Amazonas”

O contexto da produção desta cartilha, está diretamente relacionado a chegada dos missionários Salesianos em 1915 na região do Rio Negro por ordem do Papa Pio X. De acordo com o documento “Pelo rio mar”, produzido por religiosos desta ordem (1933) foi neste local que encontraram os Macú, Ubde Makú (SILVERWOOD-COPE, 1990), Hupdë-Maku (ATHIAS, 1998) e Hupd’äh (RAMIREZ, 2006) na atualidade.

Este documento menciona com registros escritos e fotos, que o padre elaborador desta cartilha procurava por indígenas na floresta com vistas à finalidade de catequização, elemento que sugere a relação com a alfabetização, considerando que nesta mesma época foram criadas as escolas da Missão Salesiana: “Em Novembro de 1932, o missionário Padre Antonio Giacone andava pelas selvas à cata de índios para catechizar [...]”. (MISSIONÁRIOS SALESIANOS, 1933, p. 47).

**Figura 1** – Padre Giacone e meninos indígenas.



**Fonte:** Missionários Salesianos (1933).

Significa dizer que no âmbito da atividade missionária, a atenção educacional consistia em uma estratégia de atração e preparação para a etapa evangelizadora e civilizatória. A educação formal emergia nas aldeias como uma grande novidade, um diferencial cultural. Em função disso mobilizava o público necessário para a manutenção do projeto. O entusiasmo dos missionários com o desenvolvimento das atividades era evidente: “Difficilmente se encontra um menino que não queira estudar; pelo contrario, todos desejam ardentemente e, se se retarda a hora da aula elles ficam descontentes. [...]”. (MISSIONÁRIOS SALESIANOS, 1933, p. 62-63).

Assim, os religiosos manifestavam grande admiração com as aprendizagens das crianças indígenas, ocasião que citam a cópia como uma das estratégias do trabalho na alfabetização. No entanto, reconheciam os descompassos entre o ato de copiar e o ato de ler, situação interpretada como dificuldade das crianças:

Os meninos aprendem a escrever com muita facilidade pelo instinto de imitação e a paciência que lhes é peculiar e que dificilmente se encontra nos meninos civilizados. A prova é que um índio que nunca viu tinta nem caderno, depois de três meses, é capaz de transcrever qualquer coisa que se escreva no quadro-negro. Na leitura encontram um pouco mais de dificuldade, mas muitos fazem verdadeiros progressos. (MISSIONÁRIOS SALESIANOS, 1933, p. 63).

A esse respeito, a pesquisa educacional possibilitada pelo referencial construtivista interacionista piagetiano, foi importante para a rediscussão a respeito da leitura e da escrita, ao sustentar que: “Ler não é decifrar; Escrever não é copiar” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 283), na medida em que impulsionou novas reflexões sobre as diferenças conceituais entre copiar, escrever e ler.

Sobre o enaltecimento dos serviços salesianos prestados na Amazônia na primeira metade do século XX, destacamos duas delas que retratam crianças indígenas, em uma espécie de antes e depois: “[...] dois indiozinhos, ainda com os seus trajes selvagens, mal adivinham o que vão ser dahi a mezc [..]: escoteiros da terra abençoada do Brasil. Que transformação!”. (MISSIONÁRIOS SALESIANOS, 1933, p. 71). A comparação entre as fotos sugere que os objetivos civilizatórios estavam sendo alcançados.

**Figura 2** – Meninos indígenas estudantes das escolas salesianas.



**Fonte:** Missionários Salesianos (1933).

Estas ilustrações nos remetem às reflexões sobre os efeitos da opressão cultural de cunho colonial-religioso entre as populações originárias. Uma das perspectivas antropológicas interpreta este comportamento como etnocídio, que diz respeito “[...] a destruição sistemática de modos de vida e de pensamento diferentes daqueles que conduzem a empresa da destruição”. (CLASTRES, 1982, p. 53-54). De acordo com este autor, enquanto o genocídio produz o massacre contra as populações originárias por meio da morte física de seus corpos, o etnocídio assassina as suas culturas, os seus espíritos.

Além do mais, estudos produzidos neste período a respeito da rotina escolar coordenada pelos missionários salesianos, dão conta que nem todos os Makú viam o saber formal como algo importante para o seu modo de viver. Algumas famílias optavam pela vida na floresta e mesmo quando as crianças eram obrigadas a frequentar a escola missionária, sempre que podiam desapareciam de suas dependências, um sinal de sua rejeição à escolarização encaminhada pelos religiosos:

Os missionários católicos em todo o Vaupes falam dos “pobres Makusitos” que raramente mandam seus filhos para a escola da Missão e que levam uma vida tão dura lá dentro da floresta. [...]. Os Bara Makú da região do Papuri dizem que no passado os padres chegavam com seu acompanhamento Tukâno para levar crianças Makú para a escola. Os Makú fugiam para a floresta sempre que podiam; quando não conseguiam desaparecer a tempo, seus filhos eram levados para a escola. Frequentemente as crianças fugiam da Missão depois de alguns dias e voltavam para casa através da floresta. (SILVERWOOD-COPE, 1990, p. 28).

Assim, aqueles que conseguiam manter a frequência, aprendiam a ler e a escrever de modo afirmar que a cartilha produzida em Manaus em 1944 pelo padre italiano Antonio Giacone, diretor da Missão de Taracuí (MISSIONÁRIOS SALESIANOS, 1933) foi pensada para um conjunto de povos indígenas do estado do Amazonas nas proximidades do Rio Uaupés: os Makú. De acordo com este religioso, essa identificação era estendida a indígenas da Colômbia, Venezuela e Brasil: “[...] temos os Macú do Rio Uaupés, margem direita, cujo habitat são as florestas entre os afluentes Tiquié e Papurí. O nosso trabalho é exclusivamente sobre êstes últimos chamados em tucano “Pohcë escravo”. (GIACONE, 1955, p. 1)<sup>3</sup>. Foi neste contexto que elaborou a cartilha com 68 páginas e cerca de 60 ilustrações correspondentes às palavras-chave estruturadoras do material. Sua impressão foi possivelmente financiada por meio de recursos públicos já que na capa contém a informação nesta direção.

**Figura 3** – Capa e contra capa da cartilha



**Fonte:** (GIACONE, 1944).

Conforme demonstrado na figura 3, há a ilustração de um mapa da região amazônica com a indicação de vários rios acompanhada da imagem de um religioso segurando uma cruz. Uma simbologia que sugere que, conforme a visão religiosa, os “[...] salesianos vieram para efetivar com os indígenas o projeto educacional de Dom Bosco: constituir o bom cristão e o bom cidadão. [...]”. (WEIGEL, 2003, p. 8).

<sup>3</sup> De acordo com Athias (2006), os Hupd’äh são falantes de uma língua da família Maku, habitam nas proximidades do Rio Tiquié e Rio Papuri, na margem esquerda do Rio Uaupés no alto Rio Negro, Amazonas. Conhecem os não indígenas desde o século XVIII, contato que acarretou grandes prejuízos para o povo por meio de mortandade, redução populacional, aparecimento de doenças, conflitos, dentre outras problemáticas. Na atualidade, a população é de 1.5000 pessoas, distribuída em cerca de 35 aldeias.

A cartilha foi produzida em função dos entraves percebidos no início da escolarização, bem como o conhecimento acumulado de 16 anos entre estas comunidades: “[...] conheço as grandes dificuldades encontradas por quem se dedica ao ensino da leitura aos nossos pequenos selvícolas que entram na escola sem saber uma só palavra da língua nacional”. (GIACONE, 1944, p. 4). Sua afirmação permite inferir que havia o interesse de ensinar a língua portuguesa e esta ação estava diretamente ligada aos propósitos integracionistas, reiterado no documento Salesiano que declara as relações entre educação e a concepção patriótica: “[...]. Ensinar o Índio, educá-lo, é engrandecer o meu querido Brasil. [...]”. (MISSIONÁRIOS SALESIANOS, 1933, p. 106).

Giacone reconheceu que havia a necessidade de pensar em materiais diferentes daqueles utilizados pelos “meninos civilizados”. Elegeu como recurso adicional para o trabalho pedagógico a lousa, na época chamada de quadro-negro. Elemento que nos leva a concordar parcialmente com a análise de Santos (2017) que essa cartilha destinava-se ao professor e não aos alunos. No entanto, embora o religioso defendesse a necessidade de memorização por parte também do professor, sobretudo, aquele que não tinha ainda experiência em sala de aula, é possível notar que este material era utilizado também pelos estudantes conforme destaque apontado na citação:

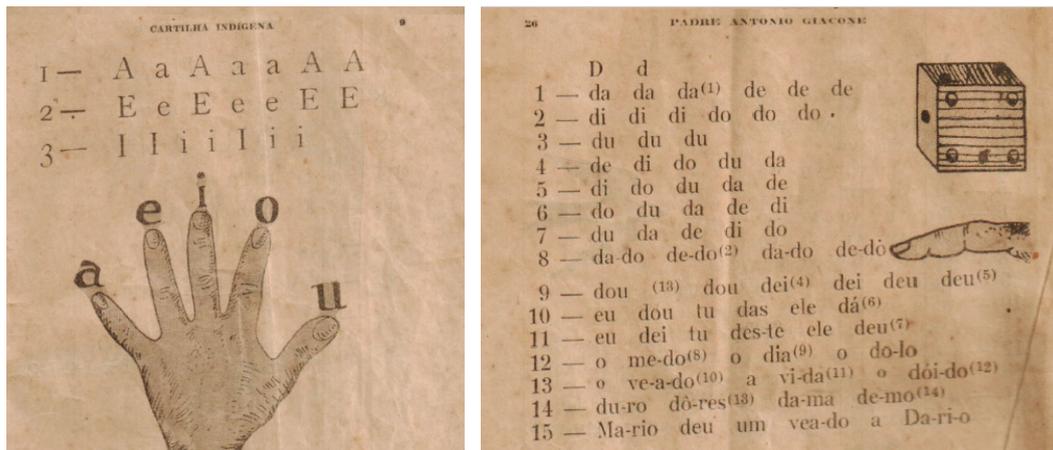
Antes de ensinar a leitura de uma vogal ou letra, escreva-a no quadro em grandes caracteres como está na cartilha, depois em caligrafia vertical corrente. Diga aos alunos que a letra na ‘cartilha foi escrita pela máquina’. [...]. Feita a devida distinção da letra impressa da escrita à mão, pronunciará a vogal em voz alta, e mande-a repetir pelos alunos; e **comece assim a leitura da página na cartilha**. Exija que todos acompanhem com o lápis ou a caneta cada palavra que vão lendo. Toda vez que houver uma palavra em português numerada dará a tradução em tucano, dizendo: - Dekceiémena totá niça – em tucano é assim: se a palavra fôr em tucano, dará a tradução portuguesa, dizendo: - Português – mena totá niça – em português é assim. [...]. Deste modo aprendem quase brincando muitos vocábulos da língua nacional. [...]. Cada página deve ser lida pelo professor com os alunos ao menos umas cinco vezes ou mais: **quando perceber que já estão cansados mandará fechar a cartilha e começará o trabalho no quadro preto**. [...]. (GIACONE, 1944, p. 4, grifo nosso).

A nosso ver, a cartilha salesiana era utilizada tanto pelos professores e professoras que dependiam das explicações ali contidas, como pelas crianças nas atividades de repetição das palavras. Uma pista que também aponta que nesta época não havia uma separação entre o livro e o manual do professor ou professora como vislumbramos hoje nos livros didáticos.

O trabalho iniciava pelas vogais maiúsculas e depois minúsculas escritas na lousa conforme a grafia apresentada na cartilha no formato de imprensa e depois em manuscrito. A orientação proposta era que essa diferença entre os tipos de letras deveria ser explicada aos estudantes logo no início das atividades. Uma evidencia da valorização das grafias manuscritas na época.

Este tipo de sequência de atividades evidencia características próprias do método sintético: “[...] considerado um dos mais rápidos, simples e antigo de alfabetização [...] estabelece uma correspondência entre o som e a grafia, entre o oral e a escrita, através do aprendizado letra por letra, sílaba por sílaba, palavra por palavra [...]”. (PEREIRA, *et. al.*, 2013, p. 6). Depois as vogais eram reproduzidas nos cadernos até fazerem esta atividade de forma independente. Na sequência, as consoantes eram inseridas no processo como por exemplo, a letra “D” e “d” relacionada à palavra “dado” acompanhada da imagem correspondente.

**Figura 4** – Entre vogais e sílabas



Fonte: (GIACONE, 1944).

Em relação às ilustrações nas cartilhas de alfabetização, sua função é facilitar a repetição para arquivar trechos na mente, pois “[...] ao reforçar o uso das imagens nos livros escolares, pretendia desenvolver a inteligência da criança e sua ‘capacidade de memorização’. [...]”. (BITTENCOURT, 1993, p. 311).

Considerando as instruções neste material, podemos inferir que as crianças falavam apenas a língua materna. Eram orientadas em língua indígena a repetir várias vezes a palavra escrita na lousa pelo professor. Na sequência, ele apagava a palavra, uma forma de incentivar as crianças a memorizarem a sua grafia e fazerem a cópia no caderno:

[...] chamando a atenção dos alunos ‘Atope iánha mekçá’ = Olhem para cá, escreverá a primeira palavra lida na cartilha, a fará repetir e ler diversas vezes. Depois, quase brincando perguntará: - lanti mekça? – Olharam? ‘lape ou iáa – olhamos – respondem. – O professor apagará depressa a palavra dizendo aos alunos: - Ateré ogoáia mekça – escrevam isso vocês. O esforço que fazem para reproduzir no papel a palavra lida, fará que aprendam a ler e a escrever com muita facilidade. (GIACONE, 1944, p. 4-5).

Na visão do religioso essa proposta em forma de jogo possibilitava a aprendizagem da escrita e da leitura sem problemas e a palavra “Dado” apresentada na cartilha, exigia a adoção do bilinguismo em contexto escolar, embora tenhamos que concordar que: “O número de palavras em língua indígena é insignificante em relação às palavras grafadas em português e não caracterizam o material como bilíngue. Estão presentes, sobretudo, nas primeiras lições”. (SANTOS, 2017, p. 65). Há utilização de palavras/imagens do conhecimento das crianças, como “tatu” ou “pamú” em língua indígena. (GIACONE, 1944, p. 17), com a tradução em língua portuguesa para auxiliar o trabalho docente.

As atividades da palavra “tatu” seguem o mesmo passo a passo da palavra “dado” com a indicação do termo em nota de rodapé em língua indígena. Nesta mesma linha, são trabalhadas outras palavras que pertencem ao universo cultural das crianças com as correspondentes grafias em língua indígena, caso de jacaré/*oksó* e gato/piçana, por exemplo informadas em nota de rodapé. Este modo de atuação salesiana sugere que a elaboração da cartilha salesiana considerou ao menos em parte os contextos indígenas.

Em outros escritos, o padre salesiano, autor desta cartilha, assim como outros religiosos-professores, reconhecia a inteligência ameríndia, principalmente quanto aos exercícios de memorização. Possivelmente suas impressões a este respeito foram inspiradas pelas práticas sociais observadas no dia a dia das aldeias:

Nossos índios, no estado primitivo, revelam bastante capacidade intelectual [...]. Possuem memória prodigiosa, e esta é a faculdade mais desenvolvida pelo exercício contínuo [...]. Demonstram muita habilidade e extraordinária paciência em preparar enfeites para as danças, peneiras com desenhos e cores diversas, tipitis para espremer mandioca, banquinhos de uma só peça, remos, canoas, cochos para bebidas, painelas, camotis, etc. Quando suas faculdades são estimuladas e educadas, há provas admiráveis de que são capazes de aprender a desenvolver as artes e ofícios, como qualquer povo civilizado [...]. (GIACONE, 1949, p. 69).

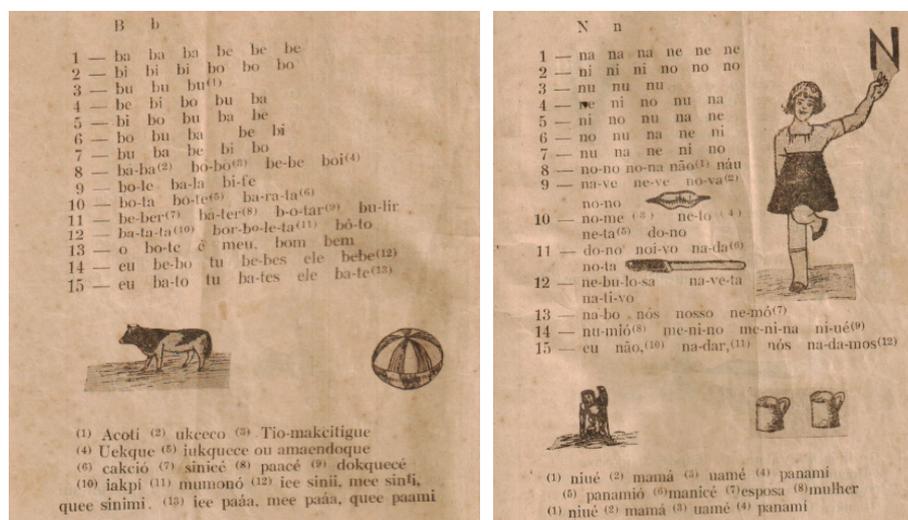
Outros registros sobre as comunidades do Rio Uaupés apontam situações inusitadas do pensamento infantil sobre fenômenos naturais relacionados à cosmologia indígena em contextos educacionais católicos. Evidenciam ainda que as reflexões das tradições culturais das crianças não passavam despercebidas dos olhares religiosos:

Duas meninas, alunas da Missão salesiana de Taracuá, estavam de cócoras, nas proximidades do hospital, a observar alguma coisa com muita atenção. Seriam formigas na faina do aprovisionamento ou observavam algum verme ou inseto comum? [...]. A inteligente diretora do internato feminino acompanhava a cena a certa distância e pôde ver que uma das meninas estendeu a mão a fim de segurar aquele provável pequeno inseto ou verme, quando a outra menina admoestou a companheira: “Não o mate, não, porque a minha mãe me disse que antigamente ele era gente!”. (SILVA, 1994, p. 37).

Mas, mesmo considerando estes aspectos, verificamos que são escassas as referências às culturas indígenas na cartilha Salesiana, predominam as influências das cartilhas de alfabetização ocidentais. A título de ilustração, citamos o caso das palavras e imagens de “girafa” para introdução da letra “G” e “dromedário” para a apresentação do encontro consonantal “Dr”, termos desconhecidos das crianças, mas comuns em outros materiais didáticos nãoindígenas (MARTINS, 2007; PEREIRA, 2018). Avaliamos que isso só ocorreu para introduzir elementos estruturais da língua portuguesa.

As frases ou sentenças da cartilha atendiam as finalidades integracionistas: “Sou brasileiro porque nasci no Brasil. A língua dos brasileiros é a língua portuguesa e eu, como todos os brasileiros, quero aprender a falar, ler e escrever a língua do meu país”. (GIACONE, 1944, p. 60). Já o espaço da língua indígena limitava-se a algumas expressões orais memorizadas pelos professores e professoras não indígenas e as traduções das palavras em notas de rodapé. As ilustrações lembram as cartilhas ocidentais com imagens urbanizadas:

Figura 5 – Letras B e N



Fonte: (GIACONE, 1944).

Assim, a iniciação ao saber formal realizada pela Ordem Salesiana para as populações indígenas do Rio Negro, Amazonas, evidenciava características de uma: “[...] concepção de ensino-aprendizagem [...] fundada na aprendizagem por transmissão [...]. Suas bases eram o método expositivo, a centralidade do professor e a passividade cognitiva do aluno [...]”. (COSTA, 2017, p. 24). Um conjunto de práticas escolares que possivelmente evidenciavam influências do modelo educacional jesuítico. (VILLALOBOS, 1959).

Deste modo, na relação professor-aluno, o trabalho baseava-se na pedagogia tradicional com fronteiras verticalizadas e unilaterais explicitadas de forma bilíngue na cartilha ora analisada. As sentenças refletiam certo ideal de autoridade religiosa que se presentificava na sala de aula: “Não falem ou silêncio/Ucunticanha; Sentem-se ou sente-se/Duhiato; Olhem para cá, escutem bem/Atope ianha, anhunó tioia; Repitam depois de mim/lee beró níato; Fala em voz alta/Bukcero ninha; Agora vão escrever ou copiar/Nicano egoana uee [...]”. (GIACONE, 1949, p. 7). Situação que sugere que as atividades educacionais salesianas, como em outros contextos “[...] traziam conteúdos vinculados à profecia da fé a ser disseminada pela escolarização, em formato de máximas morais como as seguintes: O amor de Deus é o princípio da sabedoria; [...]. A preguiça é a chave da pobreza, etc.”. (VIEIRA, 2017, p. 75).

A cartilha para as escolas salesianas do Rio Uaupés resultou de acordos realizados entre as missões religiosas e o SPI já que a expectativa era que os salesianos realizassem a assistência educacional e religiosa para as populações indígenas do Amazonas, através de um sistema que respondesse aos interesses do Estado brasileiro e da igreja: “A implantação das Missões Salesianas no Alto Rio Negro foi viabilizada pela mobilização de estratégias tais como os aldeamentos, a escolarização e a fundação de internatos, com vistas a cristianizar e civilizar as populações indígenas da Região. [...]”. (COSTA, 2011, p. 13), um sistema educacional na floresta.

A esse respeito, localizamos um relatório público, intitulado: “Das Missões Religiosas” elaborado pelo chefe da Inspeção Regional 1, Alberto Pizarro Jacobina em 1943 do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que resultou de fiscalização realizada em 1942 a respeito das atividades de diversos grupos missionários no Brasil.

Dentre outros aspectos, o documento apresenta um conjunto de críticas referentes às relações de exploração da força de trabalho indígena, considerando que após a “pacificação” eram obrigados a: “[...] trabalhar em suas lavouras e seus serviços [...] extorquindo-lhes tudo nem outra coisa fora de esperar das corporações religiosas estrangeiras [...]”. (BRASIL, 1943, p. 2). No entanto, embora as relações entre o SPI e as missões religiosas evidenciassem tensões, de certo modo elas cumpriam com os acordos integracionistas por meio da introdução da escrita preponderantemente em língua portuguesa. Significa afirmar que com a cartilha salesiana, não foi diferente:

[...]. A aquisição da escrita foi ofertada, primeiramente, por representantes da Igreja e depois pelo Estado Nacional, por meio da alfabetização na língua portuguesa, com a declarada intenção de que os índios abandonassem suas línguas maternas e utilizassem a língua portuguesa como língua nacional, como forma de se relacionar com os demais segmentos da sociedade brasileira, na qual deveriam, gradativamente, integrar-se. Experiências de escrita em línguas indígenas, por meio da alfabetização em línguas maternas, também foram experimentadas, em via de regra como prática transitória da língua portuguesa como língua franca. [...]. (BAUBIER; REIS, 2011, p. 404).

Foi possível notar que após a apresentação de todas as páginas da cartilha salesiana que focalizam o conjunto de silabário, há uma imagem do mapa do Brasil acompanhado do seguinte fragmento: “É só na escola que posso aprender a ler, escrever e falar bem a língua dos brasileiros. Na escola aprendo a conhecer a minha Pátria, e os grandes homens que a honraram, e muitas outras coisas boas”. (GIACONE, 1949, p. 60). São atividades de leitura com foco no culto à pátria, orientação que

emerge em outras partes da cartilha em que há menção explícita ao presidente da República naquele período, Getúlio Vargas, em formato bilíngue: “Getúlio é o nosso Guia/Getulio nimi maní uaá metanguê” (p. 36). Uma evidência da feição da escola integracionista que visava incorporar os povos indígenas à chamada sociedade nacional.

Além da veiculação das concepções patriotas, neste material didático constam textos planejados para as atividades finais de leitura. O conteúdo tratava de uma articulação direta entre o contexto escolar e os valores religiosos: “Na escola aprendo a conhecer a Deus, nosso Criador, os meus deveres para com Ele e para com os demais homens. Na escola aprendo como devo viver, como bom brasileiro e bom cristão. Viva a escola!”. (GIACONE, 1949, p. 60). E na sequência há um texto que menciona Dom Bosco e o processo de criação do mundo na perspectiva católica.

Uma evidência da frágil concepção de Estado laico existente nesta época. Inferimos que a presença destes escritos planejados para as atividades finais de leitura sugerem que o binômio escola e religião constituía uma síntese colonial que: “[...] justificava a própria razão de ser da atividade missionária, ou seja, a de transformar os índios em cristãos e cidadãos, protótipos da civilização. [...]”. (COSTA, 2011, p. 13).

Esse conjunto de ações, na atualidade é avaliado criticamente pelos próprios indígenas conforme aponta a matéria: “No Amazonas, missão salesiana se transforma em ‘cidade dos índios’. Indígenas se declaram católicos, mas afirmam que igreja ainda não fez autocrítica sobre erros do passado”. (MAISONNAVE; ALMEIDA, 2019, p. 1). Nesta linha, estudos mais recentes possibilitam uma ampliação acerca do conhecimento destas populações e suas lutas na contemporaneidade. Discutem, dentre outras temáticas, formação docente indígena (ATHIAS, 2014), bem como as relações interétnicas (MARQUES; RAMOS, 2019) e outras temáticas.

Assim, reiteramos que a mobilização para saber que cartilhas circularam nas aldeias indígenas brasileiras em uma parte do século XX, envolve compreender melhor as relações entre o ontem e o hoje, talvez provocado por “[...] um espanto que o presente educacional [...] provoca, busca a pesquisa em História da Educação parte das respostas para suas inquietações”. (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 31). São desdobramentos que seguem impulsionando estudos futuros.

## Considerações Finais

A leitura analítica da “Cartilha para as escolas das missões indígenas salesianas do Rio Uaupés Rio Negro – Amazonas” publicada em 1944 foi possibilitada pela pesquisa bibliográfica. O estudo evidenciou uma série de pistas de interesse para a História da Educação e principalmente para a História da Alfabetização Intercultural em contextos indígenas. Um campo ainda marcado pelo silêncio nas publicações acadêmicas. A esperança é que com o avanço do movimento intercultural, principalmente na direção da aquisição da língua escrita (NEVES, 2009) este quadro possa ser alterado e o conhecimento dos processos pedagógicos e sociais ocorrido nas aldeias brasileiras possa ser disponibilizado para uma melhor compreensão desta trajetória histórica e suas repercussões no presente.

A cartilha elaborada pelo padre italiano Antonio Giaccone, apresenta alguns aspectos de um bilinguismo compulsório (ALMEIDA, 2011) com algumas evidências da língua indígena no papel. Estes registros serviram como recurso para a identificação das ilustrações, que por sua vez representavam parcialmente elementos do ambiente originário, ausente o protagonismo indígena em sua elaboração. (MELIÁ, 1979). Nesta linha, foi possível observar a forte influência das cartilhas não indígenas presentes em sua forma e conteúdo como a adoção do método sintético, por exemplo.

Em relação ao aspecto político, este material didático simbolizava o ingresso indígena no mundo da escrita, embora ainda distante de sentidos para os Makú. Por outro lado, esta etapa de escolarização, significava uma porta aberta para os interesses governamentais e religiosos no que diz respeito à integração e a catequização respectivamente.

A expectativa é que o texto ora apresentado possa contribuir para uma maior visibilidade a respeito das cartilhas de alfabetização que foram produzidas e utilizadas em contextos indígenas brasileiros. E que assim possa disponibilizar elementos para a reflexão pedagógica sobre este acontecimento, as possíveis marcas que ainda repercutem nas escolas indígenas relacionadas a este material, bem como o fortalecimento da pesquisa histórica no âmbito da Alfabetização Intercultural Indígena.

## Referências

ALMEIDA, Severina Alves de. Bilinguismo e Educação Bilíngue Intercultural: os Apinayé e o uso das línguas apinayé e portuguesa nos seus domínios sociais. Curitiba, 2011. *Anais do VII Congresso Internacional da Abralín*. Disponível em: [http://etnolingustica.wdfiles.com/\\_bilinguismo.pdf](http://etnolingustica.wdfiles.com/_bilinguismo.pdf) Acesso em: 20 mar. 2020.

ATHIAS, Renato. Doenças e cura: sistema médico e representação entre os Hupde-Maku da região do Rio Negro, Amazonas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: UFRGS, v. 4, n. 9. 1998.

ATHIAS, Renato. Introdução. RAMIREZ, Henri. *A Língua dos Hupd'äh do Alto Rio Negro*: dicionário e guia de conversação. São Paulo: Associação Saúde Sem Limites. 2006.

ATHIAS, Renato. Oralidade e prática de ensino entre os professores Hup'däh da região do Rio Negro. *Tellus, [S. l.]*, n. 19, p. 83–96, 2014.

BAUBIER, Arlete Sandra Mariano Alves; REIS, Maria Amélia de Souza. *Da República aos dias de hoje*: excertos da memória iconográfica sobre educação indígena. Universidade de Coimbra no Amazonas. Coimbra, Outubro, 2011.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833-6544 de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Medida Provisória nº 1.154 de 1º de janeiro de 2023*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-%A9rios](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-%A9rios). Acesso em: 12 mai. 2023.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro Didático e conhecimento histórico*: uma história do saber escolar. 383 f. Orientadora: Raquel Glezer. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, USP, 1993.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, Mauro Gomes da. Os povos indígenas do Alto Rio Negro/AM e as missões civilizatórias salesianas: evangelização e civilização. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

COSTA, Mauro Gomes. Católicos para Deus e brasileiros para a pátria: os povos indígenas do alto Rio Negro e a Educação Escolar Salesiana (1960-1980). *Revista Brasileira de História da Educação*, 17 (4[47]), p. 163 – 193, 2017.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

GIACOME, Antonio. *Cartilha para as escolas das missões indígenas salesianas do Rio Uaupés*. Rio Negro - Amazonas. Oficinas Gráficas do D.E.I.P. Manaus, 1944. Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/cartilha%20para%20as%20escolas%20das%20miss%C3%B5es%20salesianas%20do%20rio%20uaup%C3%A9s.pdf> Acesso em: 12 abr. 2021.

GIACONE, Antônio. *Os Tucanos e outras tribos do Rio Uaupés* – afluentes do Negro, Amazonas: notas etnográficas e folclóricas de um missionário salesiano. Imprensa Oficial do Estado. Associação Brasileira dos Ameríndianistas: São Paulo, 1949.

- GIACONE, Antônio. *Pequena Gramática e Dicionário Português Ubde-Neh hern ou Makú*. Recife, 1955.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.
- LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LOURENÇO FILHO. Disponível em: [http://wiki.historiadapsicologia.com.br/index.php?title=Louren%C3%A7o\\_Filho](http://wiki.historiadapsicologia.com.br/index.php?title=Louren%C3%A7o_Filho) Acesso em: maio de 2023.
- MAISONNAVE, Fabiano; ALMEIDA, Lalo de. No Amazonas, missão salesiana se transforma em “cidade dos índios”. *Jornal Folha de S. Paulo*. 4 de nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/no-amazonas-missao-salesiana-se-transforma-em-cidade-dos-indios.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- MARQUES, Bruno Ribeiro; RAMOS, Danilo Paiva. Dissoluções necessárias: a perspectiva dos Hupd’áh nas relações do “sistema regional do alto Rio Negro”. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 104, 2019.
- MARTINS, Andrea. *Pirulito Alfabetização*. Editora Scipione, 2007.
- MEDEIROS, Juliana Schneider. História Da Educação Escolar Indígena no Brasil: alguns apontamentos. *Anais do XIV Encontro Estadual de História*. ANPUH-RS, 18 a 21 de 2018.
- MELIÀ, Bartomeu. *Educação Indígena e Alfabetização*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.
- MISSIONÁRIOS SALESIANOS. *Pelo rio mar*. Rio de Janeiro 1933.
- MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. O que é ensino bilíngüe: a metodologia da gramática contrastiva. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.63, jul./set. 1994.
- MONTE, Nietta Lindemberg. Escolas Formais – Agências Mediadoras. In: CABRAL, Ana Suely A. Câmara e outros. *Por uma educação indígena diferenciada*. Brasília: FNPM, 1987.
- MONTE, Nietta Lindemberg. Entre o silêncio em língua portuguesa e a página branca da escrita indígena. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.63, jul./set. 1994.
- MOREIRA, Geraldo Eustáquio. O processo de alfabetização e as contribuições de Emília Ferreiro. *Revista de Letras*, v. 7, n. 1, p. 1-20, 2014.
- NEVES, Josélia Gomes. *Cultura escrita em contextos indígenas*. 2009. 369f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Araraquara– SP, 2009.
- NEVES, Josélia Gomes. Educação, Linguagem e Religião: as cartilhas de alfabetização entre os Pacaas Novos. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica, [S. l.]*, v. 13, n. 01, p. 433-460, 2021.
- PEREIRA, Cleuzira Custodia *et. al.* Alfabetização: métodos e algumas reflexões. *Unicaldas*. Caldas Novas, 2013. Disponível em: [https://unicaldas.edu.br/site-novo/wp-content/uploads/2021/04/METODO\\_ALFABETIZACAO](https://unicaldas.edu.br/site-novo/wp-content/uploads/2021/04/METODO_ALFABETIZACAO). Acesso em: 20 dez. 2020.
- PEREIRA, Patricia Darci. *Por entre diálogos e imagens em alfabetários nos discursos de professores*. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2018.
- PHILIPSON, Jurn Jacob. Cartilhas indígenas e gramática de transferência. *Revista do Museu Paulista Nova Série*, v. XX (1972-75), São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo. 1975.
- PERES, Eliane; RAMIL, Chris de Azevedo. Cartilhas, pré-livros, livros de alfabetização, livros para o ensino inicial da leitura e da escrita: guardá-los e estudá-los, para quê? *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 34-64, set./dez. 2018.

RAMIREZ, Henri. *A Língua dos Hupd'äh do Alto Rio Negro*: dicionário e guia de conversação. São Paulo: Associação Saúde Sem Limites. 2006.

RAMOS, Graciliano. *Infância*. 29. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1994.

SANTOS, Eva Aparecida dos. *Livros escolares diferenciados para indígenas*. 204 f. Orientadora Antonia Terra de Calazans Fernandes. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 2017.

SILVA. Alcionílio Brüzzi Alves da. *Crenças e lendas do Uaupés*. Cavambe-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 1994.

SILVERWOOD-COPE, Peter. *Os Makú*: povo caçador do noroeste da Amazônia. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

VIEIRA, Zeneide Paiva Pereira. *Cartilhas de alfabetização no Brasil*: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita. 197 f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.

VILLALOBOS, João Eduardo. O problema dos valores na formação e no funcionamento do sistema educacional brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 33, n. 76, p. 34-49, out-dez. 1959.

WEIGEL, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros. Os Baniwa e a escola: sentidos e repercussões. *Revista Brasileira de Educação*. n. 22, jan./fev./mar./abr., 2003.

Recebido em: 14/07/2023

Aceito em: 25/10/2023